

PROJETO

DE CAMPANHA PELA SOBREVIVÊNCIA

DOS ÍNDIOS DO VALE DO JAVARI

I N D I C E

=====

| | | |
|------|---|-------------|
| I- | <u>INTRODUÇÃO</u> |pg. 01 |
| II- | <u>HISTÓRICO</u> | |
| | 1. Presença Missionária |pg. 02 |
| | 2. Colonização e exploração da borracha |pg. 03 |
| | 3. Exploração da madeira |pg. 04 |
| III- | <u>REALIDADE DOS GRUPOS INDIGENAS DO VALE DO JAVARI</u> | |
| | 1. Introdução |pg. 05 |
| | 2. Quadro da situação atual por grupo indígena | |
| | 2.1 - Matses |pg. 05 |
| | 2.2 - Marubo |pg. 07 |
| | 2.3 - Matís |pg. 08 |
| | 2.4 - Canamari |pg. 09 |
| | 2.5 - Kulina |pg. 10 |
| | 2.6 - Maya (?) |pg. 11 |
| | 2.7 - Korubo |pg. 12 |
| | 2.8 - Grupo arredio do Jandiatuba |pg. 13 |
| | 2.9 - Tsuhum-Djapa |pg. 13 |
| | 2.10 - Outros grupos isolados |pg. 14 |
| IV- | <u>FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO (FUNAI)</u> | |
| | 1. Ajudância do Alto Solimões |pg. 14 |
| | 2. Infra-estrutura e assistência |pg. 15 |
| | 3. Política indigenista da Funai |pg. 16 |
| | 4. Situação das terras do Vale do Javari |pg. 17 |
| V- | <u>INVASÕES / CONFLITOS</u> | |
| | 1. Aspectos gerais |pg. 18 |
| | 2. Grandes companhias extrativistas |pg. 19 |
| | 3. Estradas |pg. 19 |
| | 4. Petrobrás |pg. 20 |
| VI- | <u>ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL</u> | |
| | 1. Análise do quadro apresentado |pg. 21 |
| | 2. Análise da conjuntura política atual |pg. 22 |

| | | |
|-------|---|-------------|
| VII- | <u>CAMPANHA PELA SOBREVIVÊNCIA DOS INDIOS DO VALE DO JAVARI</u> | |
| | 1. Introdução |pg. 22 |
| | 2. Objetivos |pg. 23 |
| | 3. Estrutura da Campanha | |
| | 3.1 - Equipe básica |pg. 24 |
| | 3.2 - Pontos de apoio permanentes |pg. 25 |
| | 3.3 - Atividades já realizadas |pg. 26 |
| | 4. Divulgação |pg. 26 |
| | 4.1 - Divulgação cinematográfica |pg. 27 |
| | 4.2 - Vídeo-Cassete |pg. 27 |
| | 4.3 - Audio-visual |pg. 28 |
| | 4.4 - Realização do levantamento foto-cinematográfico |pg. 28 |
| | 4.5 - Material didático de divulgação |pg. 28 |
| | 5. Lançamento da Campanha | |
| | 5.1 - Programação de trabalho |pg. 29 |
| | 5.2 - Continuidade da Campanha |pg. 29 |
| VIII- | <u>MAPA</u> |pg. 31 |
| IX- | <u>BIBLIOGRAFIA</u> |pg. 32 |
| X- | <u>ANEXOS</u> | |
| | 1. Cartas de referência e apoio à Campanha | |
| | 1.1 - Cimi Nacional | |
| | 1.2 - Opan (Operação Anchieta) | |
| | 1.3 - Prelazia do Alto Solimões | |
| | 2. Petrobrás, a silenciosa invasão dos territórios dos índios arredios do Vale do Javari. | |

PROJETO DE CAMPANHA PELA SOBREVIVÊNCIA DOS

INDIOS DO VALE DO JAVARI

I. INTRODUÇÃO

O projeto aqui apresentado tem a finalidade de propor medidas e ações que pretendem trazer respostas à difícil situação em que se encontram os diversos grupos indígenas do Vale do rio Javari.

O Vale do rio Javari se localiza na região do Alto Solimões, no extremo oeste do Estado do Amazonas, próximo à fronteira do Brasil com o Peru e a Colômbia.

Nesta área vivem diversos grupos indígenas distintos, localizados no rio Javari (rio delimitador da fronteira entre o Peru e o Brasil) e seus afluentes Curuçã, Itaquai e Itui, assim como nos rios Jandiatuba e Jutai, afluentes da margem direita do rio Solimões. Esta área está sendo considerada, na sua totalidade, como "área indígena do Vale do Javari", e a problemática de terra destes grupos indígenas está sendo estudada globalmente.

As etnias que vivem na região do Javari se enquadram nas famílias lingüísticas Pano (grupos Matsés, Marubo, Matis, Maya (?), etc.), Katukina (grupos ou sub-grupos Canamari, Tsum-Djapa, etc.), Arauá (grupo Kulina), assim como outros grupos desconhecidos, e atingem um total superior a três mil índios.

Alguns destes grupos vivem totalmente isolados, enquanto outros já vêm sofrendo há várias décadas o processo de contato mais permanente com a sociedade nacional. Contudo, praticamente todos estes grupos se encontram numa mesma situação de abandono por parte do órgão tutor, ou de ameaças devido ao avanço desenfreado da sociedade capitalista na região.

Pelo fato de esta ser uma região muito distante e isolada e devido ao grau de pouco contato da maioria destes índios, não há possibilidade alguma que eles clamem por conta própria as suas reivindicações e pressionem as autoridades competentes, a não ser pelos meios tradicionais de resistência e luta, como vêm fazendo até hoje.

Por este motivo, é necessário chamar a atenção da coletividade brasileira e das autoridades sobre a situação trágica destes grupos indígenas, que têm a sua sobrevivência étnica seriamente ameaçada.

Após uma análise acurada das alternativas existentes para estes grupos indígenas, chegamos à conclusão que o meio mais adequado para respaldá-los seria através do lançamento de uma campanha de sensibilização a nível nacional e internacional que possa apoiar os índios do Vale do Javari nas suas necessidades básicas, e lhes garantir o direito histórico de viver como povo, sendo agentes de seu próprio destino.

II. HISTÓRICO

1. Presença Missionária

No período anterior à fundação da Missão de São Francisco Xavier do Javari pelos Jesuítas (que se localizava abaixo da atual cidade de Benjamin Constant), e à chegada dos Carmelitas nos Solimões, não se tem nenhuma notícia sobre a região do Vale do Javari.

Provavelmente até o início do séc. XIX, os colonizadores europeus se limitaram a ocupar e controlar os grandes rios como o Ucayali, o Marañon e o Solimões. Sabe-se que, neste período, os colonizadores tiveram contatos com os Mayoruna que hoje vivem no interior da região.

A partir de 1780, várias comissões portuguesas/espanholas encarregadas da demarcação de limites percorreram o rio Javari, então considerado como fronteira entre as duas possessões. Isto favoreceu o conhecimento de seu curso até o rio Jaquirana.

Segundo Spix e Martius, por volta de 1820, já algumas expedições são organizadas desde Ega (antigo nome dado para a cidade de Tefê) para os rios Japurá, Içá, Juruá, Jutaí e Javari, à procura de essências naturais e ervas medicinais. O mesmo autor cita o rio Javari como sendo rico em cacau, salsaparrilha e tartarugas, mas acrescenta que os portugueses o evitavam por causa das doenças malignas e dos índios arredios que atacavam as expedições. Refere-se certamente aos Mayoruna descritos numa breve nota que diz serem perigosos tanto para viajantes brasileiros do Javari como para os espanhóis do Ucayali, e lhes atribui o costume de matar os inimigos, assim como os membros do próprio grupo, velhos ou doentes, para comer (Spix et Martius, ed. 1976, 3º volume, pág. 179/184).

Bates, que passou cinco meses em São Paulo de Olivença, entre 1857 e 1858, faz referência aos Mayoruna (Manjerona) que tinham tornado a navegação do Javari impossível devido a suas tocaias.

Mais tarde, a expedição demarcadora do limite brasileiro e peruano que subiu o Javari em 1897 foi atacada por índios pouco acima da Foz do Batã. Esses índios seriam provavelmente os mesmos que seguiram e atacaram, aproximadamente no mesmo local, a expedição de limites de 1866 (Branco: 1950, pág. 202/203).

Finalmente, os dados históricos existentes demonstram que o Vale do rio Javari era realmente habitado por índios, todos identificados como Mayoruna, que não aceitavam o contato com as frentes de penetração em seu território. Não se fazia na época a distinção entre as diversas etnias existentes na região: Mayoruna era o termo genérico utilizado para todos os índios considerados arredios e "brabos".

2. Colonização e exploração da borracha

A partir de 1870, o interior da área começou a ser efetivamente ocupado. Em 1874, segundo informações de Branco, o rio Javari (além de outros rios) estava recebendo migrantes provenientes do rio Jari, antigo centro produtor de borracha do Baixo Amazonas (Branco: 1950, pág. 206).

Na expedição realizada no Javari em 1897, o Capitão Tenente Cunha Gomes relata que o caucho do Alto rio Javari já se havia acabado (pois para extrair o seu látex a árvore era derrubada), e os caucheiros peruanos, que trabalharam inicialmente nos afluentes da margem direita do Ucayali, penetravam cada vez mais em território brasileiro, explorando o caucho até os rios Jutaí e Juruá.

Nesta época, enquanto os peruanos eram predominantemente caucheiros e ocupavam as cabeceiras dos rios do Vale do Javari, onde florescia o caucho, os brasileiros eram predominantemente seringueiros e ocupavam a parte inferior do curso dos rios, onde a seringa se desenvolvia melhor no ambiente das terras alagadiças.

Em 1900, a exploração da borracha nesta região, igualmente a outras áreas da Amazônia, era baseada no sistema de barracão, isto é, de total dependência dos seringueiros para com os patrões que mantinham o monopólio do comércio e o controle dos rios.

Nesta época, existia a Vila de Remate dos Males, localizada na foz do rio Itaquaí, que era o maior centro comercial de toda a região do Alto Solimões e servia como base e suporte para todo o sistema extrativista da borracha do Vale do Javari. Remate dos Males era abastecida diretamente pelos navios ingleses, provenientes de Liverpool.

Apesar de este período ser de maior penetração e exploração no interior das áreas indígenas, as notícias que se tem sobre os diversos grupos, que então habitavam esta região, são muito escassas.

A partir de 1911, a população não indígena começa a abandonar a região por causa da baixa cotação da borracha no mercado internacional e da falência das empresas seringalistas que ali atuavam.

Em 1926, o médico João Braulino de Carvalho afirma que os índios Mayo habitavam o rio Curuçá e o Baixo Javari, estendendo-se até os rios Galvêz, Tapiche e Branco. Os Marubo e Mayoruna habitavam o rio Jaquirana, que é o próprio rio Javari das suas nascentes até a foz do rio Galvêz. Os índios Rêmo tinham tido, não muito tempo antes, um grande aldeamento no rio Batã, mas já se achavam reduzidos.

Quanto aos outros grupos indígenas da região, é provável que, após a desativação dos trabalhos de coleta da borracha, eles tiveram a oportunidade de se recompor e reorganizar-se como povo, até o início da exploração da madeira.

3. Exploração da madeira

A partir de 1945, a madeira começou a ser valorizada, o que proporcionou novo impulso na praça comercial do Alto Solimões. As madeiras de lei eram as mais valorizadas e procuradas (cedro, mogno, etc) para serem beneficiadas na cidade de Manaus e exportadas rumo à Europa. Os rios mais explorados em busca da madeira eram o Javari e Itaquai.

Devido à procura desses produtos naturais nos altos rios, houve reações violentas por parte dos índios que, principalmente na década de 50, provocaram a fuga de muitos madeireiros de seus locais de trabalho. Quando seu território era invadido pelas frentes extrativistas, os índios realizavam incursões e atacavam as turmas de madeireiros, roubando inclusive mulheres e crianças.

O clima de tensão se tornou tal que em algumas ocasiões, a própria população de Benjamin Constant se sentia ameaçada de possíveis ataques por parte dos índios do Vale do Javari.

Os patrões, aproveitando desta situação de temor da população, solicitaram o auxílio do exército, a fim de "limpar a área" para poder prosseguir as suas atividades de extração, com tranquilidade, nas áreas ricas em madeira de lei, que se situavam em pleno território indígena.

A intervenção do exército se deu mais especificamente nos rios Curuçá e Jaquirana. Infelizmente não se tem informações sobre a dimensão dos massacres realizados nas aldeias indígenas. Apenas sabemos que, conforme informações da própria população regional, depois dessas "intervensões", nunca mais os índios voltaram a atacar! É realmente claro que foram o exército e a Petrobrás (que também atuou nesta área) que "amansaram e pacificaram" os índios (principalmente os Matsés), através de uma ação altamente repressiva.

Diante da solicitação de madeira e da sua alta cotação no mercado nacional e internacional, houve a partir de 1960 uma expansão do comércio da madeira e conseqüentemente a instalação de novas serrarias no Alto Solimões e na cidade de Manaus.

Também a liberação de incentivos financeiros para a extração da madeira pelas diversas agências bancárias da região intensificou a extração desse produto, provocando a penetração sempre maior dos madeireiros em terras indígenas e gerando sérios conflitos e ameaças para a sobrevivência física e cultural dos grupos que ainda viviam isolados.

Outra tentativa dos patrões foi realizada no sentido de levar para a região o SPI (Serviço de Proteção ao Índio), que assumiria a tarefa de "amansar" os índios isolados e proporcionar assim um campo livre de trabalho nas terras indígenas.

III. REALIDADE DOS GRUPOS INDÍGENAS DO VALE DO JAVARI

1. Introdução

No Vale do rio Javari os diversos grupos indígenas existentes estão espalhados ao longo do rio Javari e de seus afluentes, assim como nas cabeceiras dos rios Jutaí e Jandiatuba. Alguns desses grupos (ou sub-grupos) estão totalmente isolados do contato com a sociedade envolvente, como é o caso dos índios Kurubo, dos Maya, dos índios desconhecidos da região do Jandiatuba, e de sub-grupos Matís, Matses, Kulina, etc.

A maioria desses grupos não aceita o contato com a sociedade nacional, devido aos traumas que já sofreram; seja pelas expedições realizadas pelo Exército e pelas atividades da Petrobrás na área no início da década de 70; seja ainda pelas tristes experiências que atravessaram no contato conflitante com as frentes extrativistas.

Outros grupos já vêm mantendo contatos mais permanentes com a sociedade regional. É o caso dos índios Canamari, Marubo, Matses, Kulina, etc.

Ao longo da história de contato, verifica-se que estes índios acabam sempre como mão-de-obra barata ou mesmo gratuita dos patrões, para extrair madeira ou seringa de suas próprias terras. Casos como estes se repetem até hoje, e na melhor das hipóteses, os índios recebem em troca de sua força de trabalho algumas bugigangas que somente reforçam a dependência e o atrativo que eles têm para com o mundo dos brancos. Isto sem falar das terríveis consequências acarretadas a nível de sua saúde, que definha de maneira evidente no contato mais permanente com os não-índios.

2. Quadro da situação atual por grupo indígena

2.1 - Matses (Mayoruna)

a) Localização: Os Matses vivem em ambos os lados do rio Jaquirana, rio limítrofe entre o Brasil e o Peru. No Brasil, os Matses vivem nas cabeceiras do rio Jaquirana e em seus afluentes Ituxi e Lobo. Um sub-grupo Matses foi transferido para o lugar denominado Lameirão no Baixo rio Javari, após um conflito surgido em 1978 entre este e outro sub-grupo Matses no igarapé Lobo.

b) Matses isolados: Ainda existem sub-grupos Matses isolados nas cabeceiras dos igarapés Hospital e Batã (afluente da margem direita do rio Jaquirana), no alto rio Pardo e Negro (afluentes da margem esquerda do rio Curuçã) e nos igarapés Flecheira e Santana (o primeiro, afluente da margem esquerda do Curuçã e o segundo, afluente da margem direita do Javari).

c) População: Os Matses contatados no Brasil totalizam uma população de aproximadamente 500 índios, distribuídos nas aldeias Lobo, Trinta e Um, Lameirão, Ituxi, Santa Sofia. Não se tem informações populacionais referentes aos grupos Matses isolados. No Peru, aproximadamente 600 Matses foram contatados.

d) Língua: A maioria dos Matses falam apenas a sua língua. Alguns jovens e homens aprenderam a falar um pouco de espanhol no contato com os agentes da missão protestante do SIL (Summer Institute of Linguistics). Mais recentemente, alguns homens do Lameirão começaram a aprender um pouco de português, devido ao maior contato que estão tendo com a população regional do Baixo Javari.

e) Atendimento: No Brasil, os Matses recebem um precário atendimento desde 1972, época em que a Funai estabeleceu um Posto Indígena no Igarapé Lobo. As outras aldeias Matses recebem uma assistência esporádica por parte do órgão tutor. No P.I. Lobo a Funai mantém um chefe de posto, enquanto nas aldeias Lameirão, Trinta e Um e Ituxi, os índios são atendidos por braçais ou atendentes de saúde. Contudo, a assistência prestada não corresponde nem de longe às necessidades básicas dos índios, já que na maioria dos casos as infra-estruturas montadas pela Funai não funcionam e os seus funcionários não possuem a qualificação necessária para desenvolver uma atuação que atenda às necessidades dos índios. Constatou-se inúmeras vezes que os funcionários do órgão desenvolvem suas atividades de maneira totalmente contrária aos interesses dos índios, inclusive explorando-os na extração da madeira. Desde 1980, o grupo Matses de Santa Sofia (rio Jaquirana) é atendido esporadicamente pela pastoral indigenista da Prelazia do Alto Solimões.

f) Relação de contato: Os Matses já estão numa relação de dependência para com os patrões e comerciantes. Muitos Matses já extraem madeira nas suas terras (principalmente cedro), e a entregam aos patrões e compradores de grandes empresas madeireiras. Nestas transações comerciais, os Matses são sempre lesados e recebem em troca mercadorias sem valor que só faz aumentar a sua dependência para com as coisas que vem de fora.

O território dos Matses foi invadido por grandes e diversas frentes de colonização nos últimos anos. Importantes companhias de extração de borracha implantaram nas terras Matses muitas famílias de seringueiros, tanto nas cabeceiras do rio Jaquirana, próximo à aldeia de Santa Sofia, como no Alto rio Paraguaçu.

g) Saúde: A situação de saúde dos Matses é de total abandono. Desde 1972, época do início de atuação da Funai junto a este grupo, já foram registradas inúmeras epidemias que prejudicaram seriamente esses índios na sua sobrevivência física. Entre estas, o sarampo, a leishmaniose,

moléstias intestinais, provocaram a morte de vários Matses.

2.2 - Marubo

a) Localização: Os Marubo vivem no Alto rio Ituí (afluente da margem esquerda do rio Itaquaí) e nas cabeceiras do rio Curuçã (afluente da margem direita do Javari) e seus afluentes.

b) Todos os sub-grupos Marubo já foram contatados.

c) População: Os Marubo estão atualmente distribuídos em dezoito núcleos distintos, situados entre os rios Ituí e Curuçã, totalizando uma população aproximada de 500 pessoas.

d) Atendimento: Os Marubo do rio Ituí são atendidos desde 1962 pela Missão Novas Tribos do Brasil que, igualmente ao Summer, tem a finalidade de evangelizar os índios. Os missionários atuam também na alfabetização das crianças na sua própria língua, através de cartilhas elaboradas com auxílio de linguistas do Summer. Mais recentemente, foi introduzido o ensino da língua portuguesa. O material utilizado na alfabetização visa apenas a integração dos Marubo à comunhão nacional, sem nenhum respeito pela sua cultura e tradições.

Essa Missão recebe um apoio logístico por parte da entidade missionária americana Asas de Socorro, baseada na cidade de Eirunepé, que abastece os missionários da Missão Vida Nova em suas necessidades básicas. Ainda no rio Ituí a Funai mantém o P.I. Ituí (fora da área tradicional Marubo), destinado inicialmente à atração dos índios Matís. Infelizmente, este tem atraído também os Marubo do Alto Ituí, prejudicando seriamente os Matís recém-contatados e desestabilizando a própria estrutura interna do grupo.

No rio Curuçã, a Funai instalou o P.I. Curuçã, destinado inicialmente à atração dos índios Kulina isolados, dos Igarapés Pedro Lopes e São Salvador (afluentes da margem direita do Curuçã). Este P.I., que se encontra fora do território tradicional Marubo, provocou um descimento dos Marubo do Alto Curuçã (Igarapés Maronal, Veado, Arrojo), conforme planos traçados pela COAMA (Coordenação da Amazônia) de concentrar no Médio Curuçã todos os Marubo deste rio. Assim sendo, os Marubo criaram uma grande dependência para com o Posto, onde permanecem por grandes períodos. No P.I. Curuçã se encontram igualmente vários índios Kulina e Matses, provocando sérios atritos interétnicos; estes últimos vivem quase permanentemente no P.I., e têm uma grande dependência dos comerciantes.

e) Relação de contato: Muitos dos Marubo já estão acostumados aos trabalhos de extração da borracha. Alguns deles são diretamente aviados por patrões seringalistas ou regatões, e outros já se tornaram pe

quenos patrões e intermediários entre os Marubo e o patrão seringalista.

f) Saúde: Os Marubo do Curuçá e do Ituí sofrem da falta de atendimento por parte das duas entidades que atuam junto a eles. Quando os Marubo do Alto Curuçá têm algum problema de saúde, são obrigados a descer até o P.I. Curuçá de canoa, o que representa uma viagem de cinco dias. Os principais problemas de saúde que aparecem são a tuberculose, de forte incidência, além de outras doenças que costumam contrair no contato com a população regional (gripe, tosse, sarampo, etc.). O atendimento realizado pelos missionários de Vida Nova é precário, e não efetuado segundo as prescrições médicas. Por ex: no caso em que distribuem medicamentos contra TB e suspendem o tratamento antes da cura completa do paciente, criando assim uma TB resistente muito mais difícil de tratar.

2.3 - Matís

a) Localização: A área dos Matís se estende numa faixa de terra que vai desde o Médio Ituí até o Médio rio Branco (afluente da margem esquerda do rio Itaquai). As aldeias contatadas se situam próximo ao Igarapé Boeiro (margem direita do Ituí).

b) Matís isolados: Já foi comprovada a existência de sub-grupos Matís isolados nos Igarapés Pentiaco e Pentiaquinho (afluentes da margem direita do rio Ituí) e nas cabeceiras do rio Novo de Cima (afluente da margem esquerda do Ituí). Não se tem maiores informações acerca dos dados populacionais desses grupos isolados.

c) População: Em 1978, época dos primeiros contatos com os Matís, o grupo contava com uma população de mais de 300 membros. Atualmente, a população Matís totaliza 87 pessoas, divididas em quatro aldeias.

d) Língua: Todos os Matís falam somente a sua língua, exceto um dos homens que teve oportunidade de aprender o português por ocasião de um longo tratamento de saúde feito na cidade de Benjamin Constant.

e) Atendimento: Em 1974, a Funai instalou o PIA (Posto Indígena de Atração) Ituí, com a finalidade de atrair os Matís, o que foi efetivado em 1979. A partir deste momento, a Funai manteve apenas um atendimento de saúde na área, sem as mínimas condições de atuação, isto é, sem rádio, sem transporte, totalmente isolado, e sem a medicação necessária para atender um grupo recém-contatado.

A ausência de infra-estrutura e de assistência adequada impossibilitou um apoio aos Matís, que lhes garantisse a sua sobrevivência física. Assim sendo, os Matís sofreram várias epidemias graves.

f) Relação de contato: Pela grande atração que o P.I. Ituí exerce sobre os Marubo de Vida Nova, constantemente os índios permanecem por longo período no P.I., trazendo sérios problemas para os Matís, devido à grande diferença de grau de contato com a sociedade envolvente. Da mesma maneira, muitos madeireiros e regatões aportam no P.I. Ituí para comercializar com os índios.

g) Saúde: Ao longo dos seis anos de contato com os não-índios, os Matís sofreram várias epidemias graves, que chegaram a dizimar dois terços do grupo. Em 1983, uma gripe matou no espaço de um mês 40 índios. Mais recentemente, todos os Matís contraíram doenças venéreas, devido aos abusos sexuais cometidos por madeireiros ou comerciantes com as índias.

2.4 - Canamari

a) Localização: Os Canamari, incluídos na proposta de área do Vale do rio Javari, estão localizados no Igarapé Massapê (afluente da margem direita do rio Itaquaí), nos lugares denominados São Luiz e Irari (no Baixo rio Javari), e ainda no Alto rio Jutaí.

b) População: A população Canamari desta área é composta por 480 Canamari, aproximadamente, distribuídos em 4 locais.

c) Língua: Praticamente todos os Canamari falam a língua portuguesa na forma regional de maneira mais ou menos fluente.

d) Atendimento: Os Canamari do Massapê são provenientes do rio Juruá; alguns Canamari do rio Jutaí são originários do mesmo rio; e outros são provenientes do rio Juruá. A partir de 1970, a Funai inicia uma atuação junto aos Canamari do rio Itaquaí e, a partir de 1973, instala o P.I. Massapê. Após algum tempo, os Canamari deixaram de receber qualquer assistência por parte do órgão tutor, que inclusive desativou este P.I. Isso provocou um deslocamento desses Canamari para o rio Javari, onde posteriormente a Funai instalou o P.I. São Luiz. Desde então, por três vezes, a Funai ativou e desativou o P.I. Massapê, deixando os índios numa total instabilidade e falta de assistência. Em 1983, a Funai reativou pela última vez o P.I. Massapê. Isto provocou uma cisão entre os Canamari do São Luiz, já que 50% deste grupo optou por retornar ao Massapê. Os Canamari que permaneceram no São Luiz não recebem desde então qualquer tipo de assistência por parte da Funai.

Quanto aos Canamari do Jutaí, nunca receberam uma assistência sistemática da Funai. Desde 1979, uma equipe da OPAN (Operação Anchieta) atua junto aos Canamari do Jutaí, principalmente nos setores de Saúde, Educação e Terra.

e) Relações de contato: Já em 1950 os Canamari eram explorados por patrões seringueiros nos rios Itaquaí e Jutaí, tendo inclusive adquirido a prática de trabalhar para um patrão fixo.

No Javari, a situação dos Canamari foi sempre muito precária, devido aos intensos contatos com a população envolvente e constantes passagens, nas aldeias, de vários comerciantes que transitam continuamente no Baixo Javari. Esses comerciantes os exploram sistematicamente, deixando-os sempre mais endividados. Essa dependência sempre maior e a atitude dos comerciantes, favorecem a introdução de bebidas alcoólicas que, de certa forma, representam o maior fator de desintegração cultural do grupo. É notável também, nos últimos tempos, o aumento do índice de prostituição entre as índias Canamari.

f) Saúde: A situação de saúde dos Canamari é realmente lastimável. No Massapê, além da TB, os Canamari contraíram doenças venéreas e outras doenças infecciosas, que já provocaram a morte de vários índios. No rio Jutaí, uma doença até hoje não identificada atinge grande parte da população de aproximadamente 120 pessoas.

2.5 - Kulina

a) Localização: Algumas famílias Kulina vivem próximo ao P.I. Curuçã e rio Pardo, afluente da margem esquerda do rio Curuçã. Estas famílias são oriundas do igarapé São Salvador, afluente da margem direita do rio Curuçã. Há também algumas famílias Kulina que se encontram no Alto rio Itaquaí, e no rio das Pedras, próximo à sua foz.

b) Kulina isolados: Nas cabeceiras dos igarapés São Salvador e Pedro Lopes (afluentes da margem direita do rio Curuçã), ainda vivem pequenos grupos de Kulina isolados. Não se tem maiores informações a respeito destes grupos e da situação na qual se encontram.

c) População: Os Kulina já contatados do Vale do Javari não devem exceder a 50 pessoas. Trata-se de uma população dispersa, que vive basicamente em pequenos grupos (família elementar). Alguns Kulina vivem também destribalizados nas cidades de Tabatinga e Benjamin Constant.

d) Língua: Todos os Kulina contatados falam fluentemente a língua nacional (português), além de sua língua própria.

e) Atendimento: Os Kulina do rio Curuçã foram contatados aproximadamente em 1962. Mais tarde, foram atraídos para o P.I. Curuçã. Desde então, eles permanecem próximo ao posto e são totalmente dependentes da assistência que ali encontram.

No rio Itaquaí, os Kulina foram inicialmente atendidos pelo P.I. Massapê. Devido à situação de constantes transferências deste Posto, os Kulina permaneceram praticamente sem assistência.

f) Relação de contato: A situação dos Kulina não difere muito da realidade dos Canamari, no que diz respeito ao contato e à dependência com os patrões e regatões. No rio Itaquaí, os Kulina trabalham na coleta da borracha, em seringais localizados no rio das Pedras e em alguns afluentes do rio Juruá.

g) Saúde: Os Kulina do Curuçá recebem uma assistência sanitária no P.I. Curuçá. Mas, como já foi visto, a enfermaria deste P.I. não possui a medicação necessária para atender eficazmente os problemas de saúde que surgem na área. O restante dos Kulina que vivem dispersos no Itaquaí não recebem absolutamente nenhuma assistência a nível de saúde.

2.6 - Maya (?) - Grupo semi-isolado do rio Quixito

a) Localização: Este grupo indígena isolado, cuja denominação ainda não foi comprovada, vive nas cabeceiras do rio Quixito (afluente da margem esquerda do rio Itaquaí), mais especificamente nos Igarapés Samaúma, Pau Mulato e Quixitinho.

b) População: Segundo as informações levantadas até agora, pensamos que a população deste grupo atinja 200 pessoas.

c) Língua: Através das informações fornecidas por guias e intérpretes indígenas da Funai, os índios do rio Quixito falam uma língua que tem muita semelhança com a língua Mayoruna. Tudo indica, contudo, que se trata de uma língua da família lingüística Pano.

d) Atendimento: Uma expedição organizada pela Funai conseguiu, em 1978, estabelecer os primeiros contatos com este grupo, que parecem ter sido amistosos. Desde então a Funai não demonstrou nenhum interesse em tentar prosseguir os trabalhos de contatos e aproximação deste grupo. Podemos considerar este povo como sendo um dos grupos abandonados do Vale do Javari.

e) Relação de contato: Há muito tempo se sabe que o rio Quixito e seus diversos afluentes são explorados pelos madeireiros em busca de madeiras de lei (principalmente cedro e mogno). Em algumas oportunidades as turmas de madeireiros que trabalham no Quixito somam mais de 300 pessoas. Devido a esta penetração maciça, alguns madeireiros conseguiram manter contato com os índios do Quixito, oferecendo-lhes inicialmente presentes de todo o tipo. Mais recentemente, parece que os madeireiros estão tentando utilizar esta mão-de-obra indígena para extração de madeira. O mesmo está acontecendo com alguns índios "Maya", em afluentes da margem esquerda do rio Ituí, onde turmas de madeireiros já estão explorando indiscriminadamente os índios no trabalho madeireiro.

Devido a esta situação é importante que seja averiguada rapidamente a realidade desses índios, a fim de tentar propor uma atuação indigenista adequada.

f) Saúde: Não possuímos informações recentes sobre a situação de saúde desse grupo, mas é provável que o contato cada vez mais frequente e próximo com a população envolvente leve esse grupo a sofrer graves prejuízos em seu estado de saúde.

2.7 - Korubo

a) Localização: Este grupo indígena arredio vive numa região compreendida entre o Baixo rio Ituí e o Itaquai, até o Baixo rio Branco' (afluente da margem esquerda do rio Itaquai).

b) População: Até o momento já foram identificadas, através de sobrevoos, 8 malocas Korubo habitadas, o que pode resultar num total aproximado de 250 índios.

c) Língua: Não se sabe a que grupo lingüístico pertencem os índios Korubo do Itaquai.

d) Atendimento: Na tentativa de atrair os índios Korubo, a Funai instalou em 1972 o PIA Marubo, na margem direita do rio Itaquai. Em 1973, o posto foi desativado devido a um ataque dos Korubo em que morreram dois funcionários da Funai. Em 1974 e em 1975, a Funai realizou duas outras tentativas de contatar os Korubo, todas elas frustradas, acarretando inclusive a morte de outros funcionários do órgão. Após o último ataque, o posto foi desativado definitivamente, e até hoje este grupo permanece isolado, recusando qualquer contato com a sociedade nacional.

e) Relação de contato: Pela existência de grande riqueza em produtos naturais na área dos índios Korubo, seja da madeira no lado do rio Itaquai, ou seja pela riqueza da seringa do Ituí, sempre houve muitas invasões e incursões na procura de tais produtos. Mas os Korubo sempre resistiram à invasão de seu território, perseguindo invasores.

O território dos Korubo foi recentemente recortado pelas picadas da Petrobrás que reiniciou as suas pesquisas sismográficas na região do Vale do Javari (ver documento anexo). Na ocasião da invasão do território Korubo, morreu um funcionário da Petrobrás e outros ficaram feridos. Embora não se tenha informações precisas sobre a situação destes índios, é fácil se prever que muitos índios tenham morrido pelas constantes invasões e abusos cometidos em suas terras.

f) Saúde: Tampouco se conhece o estado de saúde desses índios que tudo fazem para tentar preservar a sua integridade como povo.

2.8 - Grupo arredio da cabeceira do rio Jandiatuba

a) Localização: Este grupo isolado vive na área que se estende dos igarapês São José e Uchoa (afluentes da margem direita do rio Itaqui) até as cabeceiras do rio Jandiatuba.

b) População: Na área acima citada, segundo a Funai, foram vistas 28 malocas desse grupo isolado, na ocasião de um sobrevôo. Mas parece que algumas destas malocas apenas se encontravam efetivamente habitadas.

c) Relação de contato: Do mesmo modo que os índios Korubo, este grupo desconhecido da cabeceira do Jandiatuba não aceita o contato com a população envolvente. Já mataram vários madeireiros que tentaram tirar madeira de suas terras.

A Petrobrás está atuando atualmente na terra destes índios, es-traçalhando as suas áreas de pesca e de caça, atravessando seus lugares sagrados e antigas malocas com as suas picadas, explodindo bombas diariamente numa verdadeira violação e desrespeito aos mais elementares direitos desses índios à sua terra. Já vários deles morreram nos conflitos com as linhas de frente da Petrobrás. Também, em pelo menos três ocasiões, os índios atacaram os trabalhadores da Petrobrás, matando funcionários tanto desta empresa como da Funai (ver informações complementares no documento a nexa).

d) Saúde e Língua: Não se possui informação a respeito da situação deste grupo, nem da língua que falam ou mesmo da sua autodenominação.

2.9 - Tsum-Djapa (Gente do Tucano)

a) Localização: Este grupo indígena semi-isolado habita uma área compreendida entre os rios Curuena (afluente da margem esquerda do rio Jutai) e Jandiatuba, que se prolonga entre as cabeceiras do rio Jutai até as cabeceiras do Igarapé Queimado (afluente da margem esquerda do rio Jutai). Os Tsum-Djapa ocupam permanentemente seu território tradicional, nele perambulam à procura de caça, pesca ou mesmo coleta.

b) População: Os Tsum-Djapa têm uma população aproximada de 40 pessoas, que vivem juntos. Parece que a origem deste grupo é da própria área onde vivem até hoje.

c) Tsum-Djapa isolados: Segundo informações fornecidas pelo próprio grupo aos voluntários da CPAN que atuam nesta área, existiria outros grupos Tsum-Djapa isolados. Contam que, há tempos atrás, os Tsum-Djapa se dividiram por causa de problemas de facções dentro do grupo.

d) Língua: Os Tsum-Djapa quase não falam a língua portuguesa (alguns homens falam algumas poucas palavras). A sua língua faz parte da família lingüística Katukina e, por isso, não encontram dificuldades em se comunicar com os Canamari do Jutaí.

e) Relação de contato: Os Tsum-Djapa vivem praticamente isolados, mantendo esporadicamente alguns contatos com os índios Canamari do Jutaí e com alguns seringueiros deste mesmo rio. Atualmente, este grupo vem sofrendo as mesmas trágicas conseqüências devido aos trabalhos da Petrobrás' na região do Jandiatuba.

f) Saúde: Devido aos contatos com os Canamari, com os ribeirinhos e comerciantes do rio Jutaí, os Tsum-Djapa padecem seriamente de gripe e de outras enfermidades contagiosas.

2. 10 - Outros grupos isolados

Nesta mesma região, entre os rios Itaquai, Jandiatuba, Jutaí e Curuena, vivem ainda pelo menos dois outros grupos indígenas arredios. Um deles pode pertencer ao grupo Arara, mas não dispomos até o momento de informações sobre a localização, a população e a situação destes grupos indígenas.

IV. FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO (FUNAI)

1. Ajudância do Alto Solimões

A Ajudância da Funai do Alto Solimões foi criada em 1971, e a sua sede está instalada na cidade de Atalaya do Norte, situada na margem direita do rio Javari, próximo a sua foz. Esta Ajudância foi criada com a finalidade específica de atender os diversos grupos indígenas do Vale do rio Javari.

Infelizmente, por motivos relacionados à falta de programação de uma atuação indigenista séria e ao total desinteresse do órgão para a realidade indígena local, após quatro anos de trabalhos ineficientes e contraditórios, a Ajudância da Funai teve em 1975 seus objetivos completamente modificados. Desde esta época, a Funai começou a atender mais especificamente o grupo indígena Ticuna, localizado nas beiras do rio Solimões (18.000 membros distribuídos em aproximadamente 56 aldeias). Desde então, os grupos do Javari caíram novamente no total esquecimento, abandonados a si mesmos, e indefesos diante do avanço sempre mais violento das frentes pioneiras em suas terras. Em muitos casos, os índios tiveram que se sujeitar totalmente aos padrões seringueiros e madeireiros, assim como aos regatões, a fim de tentar suprir as suas necessidades básicas de sobrevivência.

Por outro lado, a própria Funai já tinha criado uma grande dependência nos índios por sua assistência paternalista, provocando sempre mais novos hábitos e necessidades até então desconhecidos.

Na grande descontinuidade da atuação da Funai na região, muitas vezes os índios se encontravam sem condições de suprir estas novas necessidades básicas, tendo que descer dos altos rios à procura das mercadorias desejadas.

2. Infra-estrutura e assistência

A situação difícil pela qual os índios da Bacia do Javari vêm passando é estreitamente relacionada à atuação da Funai, que podemos analisar em seus diferentes aspectos, baseando-nos nos seguintes fatos:

a) Esta região à nível de Funai sempre foi uma das mais esquecidas e abandonadas, sem possuir os recursos financeiros necessários para manter as suas infra-estruturas funcionando normalmente.

b) Em toda a história desta Ajudância, nunca a Funai conseguiu atender os índios e as exigências de um trabalho indigenista voltado para grupos indígenas com pouco ou nenhum contato com a sociedade nacional. Trabalho este que requer uma atenção toda especial, segundo linhas traçadas por uma política indigenista que respeita os direitos dos índios e suas necessidades implícitas como povo.

c) Tratando da infra-estrutura desta Ajudância, pode-se observar claramente fatos como:

- o sistema de comunicação é totalmente falido, já que, das 16 radiofonias que existem na Ajudância, a grande maioria nunca funciona. Não é raro os postos permanecerem durante meses no mais completo isolamento, sem possibilidade alguma de comunicação com a sede da Ajudância.

- o transporte nos próprios P.I. é muito precário. Não raro, os agentes da Funai têm que pedir emprestado uma canoa ou um motor de algum patrão ou morador ribeirinho a fim de atender às necessidades do posto ou da aldeia. Por falta de meio de transporte eficiente, mais de um índio já morreu nesta região, por não ter recebido um tratamento adequado por parte dos funcionários locais.

- o abastecimento dos postos se torna uma coisa até folclórica, já que alguns postos permanecem meses sem receber qualquer suprimento e material de trabalho indispensável (medicação, gasolina, etc...). Os barcos encarregados de realizar o abastecimento das aldeias, além de serem em número insuficiente, passam a maior parte do tempo em reparos, devido ao estado precaríssimo em que se encontram.

- a Ajudância nunca possui um quadro de funcionários suficientemente qualificado para responder a um trabalho que depende em grande

parte da preparação do agente que está em contato direto com a comunidade indígena.

- a assistência sanitária é quase inexistente, as enfermarias se encontram na maior parte do tempo vazias, ou apenas com remédios que em nada correspondem às necessidades da realidade local.

d) As duas Casas do Índio na área, localizadas nas cidades de Benjamin Constant e Atalaya do Norte, se encontram em péssimas condições. Independente de seu estado de saúde, os índios - provenientes de todo o Alto Solimões e do Vale do Javari - se misturam nesses recintos exíguos e mal apropriados. Devido a esta promiscuidade, muitos que vêm se tratar na cidade para determinada moléstia contraem, no contato com outros índios enfermos, doenças infecciosas e contagiosas. Isto é muito grave quando se pensa no caso de índios que possuem pouco contato e quase nenhuma resistência para as doenças do branco.

3. Política indigenista da Funai

A política indigenista da Funai para esta área sempre foi contrária aos interesses das comunidades indígenas. Os diversos chefes de Ajudância que já passaram por esta administração eram, na sua maioria, militares despreparados que impuseram uma política desenvolvimentista e repressiva aos índios, impedindo inclusive a sua organização (aqui se trata principalmente de índios que já possuem um maior contato com a sociedade envolvente, por exemplo, os Ticuna, Canamari, etc...). A mentalidade assistencialista "barata", ditada pela Funai, gerou uma dependência cada vez maior dos índios para com o órgão tutor e o mundo capitalista.

No decorrer da gestão da Funai, a atuação desta Ajudância foi atravessada de falhas e erros gravíssimos, que prejudicaram seriamente os índios na sua própria sobrevivência física e cultural, provocando inclusive a morte de vários deles. Esta política indigenista inadequada é evidente e pode ser condenada por motivos óbvios, analisando apenas alguns de seus aspectos, como:

a) A utilização de técnicas de atração totalmente inapropriadas, forçando de qualquer maneira o contato com os grupos arredios da região. Todas as tentativas até hoje realizadas foram frustradas, e reforçaram apenas os conflitos existentes entre a população envolvente e os índios.

b) A transferência de alguns grupos indígenas para locais inapropriados, em caráter temporário, mas onde tiveram que permanecer até hoje sem solução e sem a assistência necessária.

c) A instalação de Postos de Atração com a finalidade de estabelecer o contato com grupos indígenas isolados, mas que atraíram grupos já contatados, gerando problemas de diversas naturezas, como:

- conflitos interétnicos entre os povos recém-contatados e aqueles que se deslocaram até o P.I. de Atração (caso dos Matís e dos Marubo, por exemplo).

- dependência maior com os postos da Funai.

- desestabilização de vários grupos na sua organização interna.

- aumento de transmissão de doenças infecto-contagiosas.

d) A política da Funai, segundo planos traçados em instâncias superiores, de deslocar grupos indígenas para as fronteiras, a fim de preservar a integridade e a segurança do território nacional. Esta política foi responsável pelo deslocamento dos índios Marubo, Matses e Canamari.

e) O não atendimento aos inumeráveis protestos, sugestões e apelos lançados desde o início da atuação da Funai na área, tanto por funcionários do órgão quanto por pesquisadores e indigenistas, no sentido de melhorar a assistência aos grupos do Javari.

f) A não demarcação da área do Vale do Javari, permitindo deliberadamente a invasão e o ingresso na área de companhias madeireiras e seringalistas, assim como de grandes projetos, nefastos aos índios. Destes projetos, o mais devastador é o da Petrobrás que avança violentamente nas terras indígenas sem qualquer respeito para seus habitantes.

4. Situação das terras do Vale do Javari

Até o momento, todas as propostas de terra que foram elaboradas não receberam a devida atenção. A primeira destas propostas remonta a 1969, época em que uma entidade inglesa (Survey project) propôs a delimitação e criação do Parque Indígena do Ituí, que abrangeria toda a área compreendida entre os rios Ituí e Itaquai.

Em 1972, pela primeira vez se fala da possibilidade de criar o "Parque Indígena do Vale do Javari" que pudesse abranger as áreas de todas as etnias que habitam esta vasta região. E esta proposta foi abandonada até 1980, época em que uma antropóloga da Funai (Delvair Montagner Melatti) redefiniu os seus limites a fim de dar continuidade ao processo administrativo de delimitação.

Com esta finalidade, três equipes da Funai realizaram um novo levantamento da realidade local e propuseram, finalmente, uma área de aproximadamente 5 milhões de hectares, na mesma forma de um Parque Indígena.

Mais uma vez, esta proposta foi engavetada, deixando os índios na mesma situação de esquecimento. Em 1984, devido a algumas mudanças internas na Funai, foi organizado um Grupo de Estudo (GE) composto por funcionários do órgão e outros conhecedores da área do Javari. O objetivo deste GE era de optar por uma das propostas de terra já citadas. O GE propôs um novo le-

vantamento que correspondesse à situação atual dos índios, considerando que:

- ocorreu mobilidade de alguns grupos indígenas, como foi o caso dos Matses do Jaquirana e dos igarapés Santana e Flecheira, assim como do grupo Maya do Alto rio Quixito e dos grupos arredios do rio Jandiatuba.

- foram descobertas recentemente outras áreas de ocupação e habitação de grupos arredios na região das cabeceiras do rio Jandiatuba e nos rios Jutai e Itaquai.

- ocorreu de modo significativo a expansão de empresas seringaísta e novas invasões em quase todas as áreas indígenas da região.

- a atuação da Petrobrás em áreas habitadas por grupos isolados, acarretando terríveis consequências para os mesmos, reforça a urgência de demarcar o mais brevemente as terras indígenas do Javari.

- as informações levantadas pela Funai sobre as áreas são muitas vezes incompletas e desatualizadas, necessitando-se de um novo e mais completo levantamento sobre a área.

O GE solicitou a interdição da área do Vale do Javari, num total de 8 milhões de hectares, como medida para prevenir o avanço desenfreado das várias frentes nas terras indígenas.

Para o primeiro semestre de 1985, está programado um levantamento completo da área do Vale do Javari, conforme proposto pelo GE. A partir dos novos dados levantados será elaborada uma proposta de delimitação que possa efetivamente corresponder às necessidades territoriais dos grupos do Vale do Javari. Por outro lado, o Grupo de Trabalho (GT) será composto por funcionários do órgão e integrantes do GE permanente do Javari. O GT foi igualmente incumbido de fornecer à Funai sugestões e recomendações para o desenvolvimento de uma política indigenista adequada.

V. INVASÕES/CONFLITOS

1. Aspectos Gerais

A partir do início da década de 70, foram-se intensificando o interesse e a procura de madeira na região do Vale do Javari. Como já foi visto, a sua extração foi facilitada através de incentivos financeiros por parte dos bancos locais.

Neste mesmo período, houve um grande crescimento econômico da praça comercial das cidades circunvizinhas. O enfraquecimento e a desvalorização da moeda nacional favoreceu a implantação de empresas extrativistas no país vizinho do Peru. A matéria-prima para abastecer as serrarias peruanas é proveniente diretamente da região do Vale do Javari, portanto das áreas indígenas incluídas na proposta de interdição. Próximo a Benjamin Constant se en

contra uma Vila Peruana constituída por trabalhadores da LASA - grande fábrica flutuante de madeira compensada. Este produto é fabricado com a madeira da samauma, árvore frondosa existente na beira dos rios. Para poder abastecer a grande produção desta fábrica, os peruanos procuram comprar também toras de samauma provenientes de diversas áreas indígenas do Vale do Javari.

Pode-se afirmar que os problemas para os índios estão se intensificando com o crescimento econômico da região do Alto Solimões.

2. Grandes companhias extrativistas

A demanda sempre maior de madeira de lei para a exportação é um dos grandes atrativos para o crescimento das empresas madeireiras locais. Para responder a esta demanda, os madeireiros têm que penetrar sempre mais no interior das terras à procura da madeira, invadindo de forma violenta e mais frequente as áreas indígenas. Lembramos o caso do projeto de colonização que invadiu a área dos Matses (130 famílias extraíndo seringa no território dos Matses do Jaquirana). Outra invasão do mesmo gênero aconteceu nas cabeceiras do rio Paraguaçu, afluente do Curuçá, por seringalistas do Juruá.

Nos rios Curuçá e Javari, é a CIA Norte, grande companhia extrativista, que está instalando famílias de seringueiros e contratando turmas de madeireiros para trabalharem em cerca de 35 seringais. A CIA Norte pretende ser proprietária desses seringais, situados nos rios Curuçá, Ituí e Quixito. Mas, ao que tudo indica, a documentação que esta companhia possui é falsa, no caso de alguns seringais, e incompleta, no caso de outros seringais. Muitos lugares onde estão sendo "colocadas" famílias de posseiros se encontram em pleno território indígena.

Está-se iniciando também um processo de colonização no rio Quixito, onde várias pequenas fazendas já se instalaram.

Vale constatar e observar o projeto de colonização da Vila do Estirão do Equador, situada na margem direita do rio Javari, acima da foz do Curuçá. Este projeto pretende instalar nesta Vila mais de trezentas famílias de posseiros, oriundos diretamente do Rio Grande do Sul. Isto, talvez, ainda na perspectiva de povoar a fronteira do país e ocupar grande área considerada "desabitada", já que o Estado não parece considerar o habitat e a ocupação desta região pelos índios.

Diante de tal situação de invasão, a Funai não está fazendo absolutamente nada para impedir a penetração nas áreas indígenas de elementos nocivos aos índios.

3. Estradas

Em 1971, seguindo a programação governamental e desenvolvimentis-

ta de integrar a Amazônia ao restante do país por meio de rodovias, foram iniciados os trabalhos de abertura da estrada Perimetral Norte (BR-210), que ligaria as cidades de Cruzeiro do Sul (Acre) e Benjamin Constant (Amazonas). Foi justamente nesta época, em apoio aos trabalhos da estrada, cujo eixo cortaria diversas áreas de grupos indígenas isolados, que a Funai implantou a base avançada do Alto Solimões.

Após pouco mais de dois anos de atividades, os trabalhos de abertura foram paralisados, tendo conseguido abrir apenas uns 50 quilômetros desde Cruzeiro do Sul, ultrapassando o rio Ipixuna, e 12 quilômetros desde Benjamin Constant.

Desde então, nunca mais estes trabalhos foram reiniciados, mesmo que em diversas ocasiões esta possibilidade se fez muito mais presente. Existe também o projeto de construção de outras estradas que cortariam a região.

a) Duas outras estradas fazem parte do mesmo projeto de integração da Amazônia. Trata-se da BR-190, que teria a finalidade de ligar as cidades de Boca do Acre (AM) e Eirunepé (AM), e de uma outra estrada que deveria ligar as cidades de Lábrea (AM) a Benjamin Constant (AM). Estes projetos, como a Perimetral Norte, não foram levados adiante.

b) Outro projeto de estrada, muito mais recente, está sendo cogitado. Trata-se de uma rodovia entre Eirunepé e Benjamin Constant, que teria a finalidade de servir de suporte aos trabalhos da Petrobrás na região das cabeceiras dos rios Itaquai, Jandiatuba e Jutai. Também já foi divulgado pela imprensa, em julho de 1984, o projeto da construção de um gasoduto que ligaria diretamente a região do rio Juruá à cidade de São Paulo (SP). Para isto será implantado um amplo complexo de extração e aproveitamento do gás natural. O fato demonstra claramente a importância que a reserva de gás suscita nos mais altos escalões do governo. Este projeto seria altamente prejudicial às comunidades indígenas do Vale do Javari.

c) Ainda no Estado do Acre está sendo realizado o asfaltamento da BR-364, entre as cidades de Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC). Isto significa que o fluxo de migração já existente no Acre vai aumentar de maneira significativa, e a ocupação de novas áreas de expansão se realizará, como aconteceu em Rondônia, de maneira totalmente descontrolada e violenta. Embora o Vale do Javari não seja diretamente atingido por este processo, não podemos nos iludir, já que as matas praticamente virgens e ricas desta área poderão ser rapidamente cobiçadas por grandes projetos e por empresas capitalistas.

4. Petrobrás

A Petrobrás atuou na região do Vale do Javari pela primeira vez em 1970, principalmente nas áreas dos rios Javari e Itaquai.

Devido à sua atuação, os Matses foram forçadamente contatados, após terem sofrido grande dizimação.

Em 1972, a Petrobrás abandona temporariamente a região para, em 1983, prosseguir com suas atividades de pesquisa na área. Atualmente, seus trabalhos estão mais dirigidos para o lado dos rios Itaquai e Jandiatuba, onde, como foi visto, vivem diversas etnias completamente isoladas.

A finalidade estas pesquisas é de comprovar a existência de gás natural nesta área do Javari. Para a execução de seu programa de trabalho, a Petrobrás retalha as áreas indígenas, abrindo picadas e clareiras sem se importar com a presença indígena, e sem respeitar o habitat e o território de ocupação destes grupos.

Desde o dia 3 de janeiro de 1985, um poço de perfuração da Petrobrás, na proximidade do rio Jandiatuba, entrou em atividade constante. Para maiores informações, ver o documento anexo já citado.

VI.. ANALISE DA SITUAÇÃO ATUAL

1. Análise do quadro apresentado

A situação que foi observada até o presente momento demonstra a ausência de qualquer programação e método de trabalho para a região do Vale do Javari. Por este motivo, a segurança física dos índios, a preservação de sua cultura e a garantia da posse de suas terras estão estreitamente dependentes de estruturas e poder de decisão que são de uma extrema fragilidade e incoerência no que se refere ao cumprimento das leis estabelecidas pela Constituição Federal para os povos indígenas do país.

Essas incoerências e incapacidade de cumprir as metas traçadas pelo Estatuto do Índio são gritantes, tanto na assistência e tutela da Funai, como na resolução dos problemas de terra. Alguns fatos caracterizam muito bem esta situação:

a) a lentidão dos processos administrativos que deveriam levar inicialmente a uma interdição da área indígena do Vale do Javari, e posterior demarcação definitiva desta área;

b) o não funcionamento da estrutura montada pela Funai, através do GE Javari, e o não cumprimento das decisões por este estabelecidas, pelo menos até o presente momento, requestionando sua função como mediador entre a Presidência do órgão tutor e a área indígena em questão. As propostas e sugestões levantadas pelo GE até agora não receberam a mínima atenção, o que demonstra mais uma vez o claro desinteresse da Funai em melhorar a situação dos índios dessa área;

c) o avanço sempre maior das frentes pioneiras nas áreas in

dígenas, sem que haja qualquer controle que possa garantir os direitos dos índios à sua terra;

d) a situação de invasão da Petrobrás que desrespeita a própria Constituição Federal no seu art. 198;

e) a política anti-indigenista do Estado que estabeleceu nos últimos anos diversos decretos muito prejudiciais aos índios, como por exemplo: o decreto 88.118 que define normas diferentes para a demarcação das terras indígenas, retirando o poder decisório da Funai no processo de encaminhamento das propostas de demarcação das terras indígenas; o decreto de mineração que autoriza a lavra do minério em terras indígenas, é motivo de grande polêmica atualmente, além de outros decretos do mesmo gênero.

2. Análise da conjuntura política atual

É também indispensável considerar o contexto político nacional e o momento histórico vivido pelo país, nesta fase de mudanças conjunturais importantes. Assim como não podemos perder de vista a política indigenista atual, as crises e modificações que ela vem sofrendo desde o início do processo sucessório e das mudanças políticas a nível nacional, pelo menos no âmbito dos princípios básicos da democracia.

Ao analisarmos, com seriedade, as futuras perspectivas desta política indigenista no novo Governo, acreditamos que a curto prazo é impossível que aconteçam mudanças significativas e que se faça valer de fato as leis estabelecidas pela Constituição no que diz respeito ao índio.

A crise econômica existente no país e o projeto desenvolvimentista já estabelecido segundo as normas do capital estrangeiro predefinem uma certa linha política para a atuação do órgão de assistência ao índio no país. Por outro lado, as perspectivas que se abrem de a Funai ter a sua posição ou status modificado no Governo da 'Nova República' não vão alterar de modo conseqüente a situação dos índios no Brasil, ou, pelo menos, dos que ainda não têm condições de fazer valer as suas reivindicações por meio de pressões diretas à Funai, como já o fazem os grupos que possuem uma certa organização e sabem como se articular para fazer valer os seus direitos.

VII. CAMPANHA PELA SOBREVIVENCIA DOS INDIOS DO VALE DO JAVARI

1. Introdução

Baseados na análise exposta acima, chegamos à conclusão que, caso não sejam tomadas medidas urgentes para tentar modificar a situação descrita, os índios estão condenados a permanecer no esquecimento e no abandono total, diante da avalanche de interferências que está desmoronando em cima de-

les.

Considerando ainda a diversidade e riqueza cultural destes grupos indígenas, na sua maioria num estágio de pouco contato com o mundo dos não-índios, nos parece de grande importância respeitar essas culturas no seu justo valor, já que até o momento nada conhecemos a respeito de seus diversos aspectos de organização social, língua, costumes, etc...

A nossa sociedade, na sua ânsia de desenvolvimento e progresso descontrolado, não dá importância ao direito de viver de um povo, nem ao profundo conhecimento que este tem do seu meio ambiente, que desconhecemos quase que por completo.

Caso estes povos venham a desaparecer ou a se desestruturar completamente, no contato com o mundo dominante, se perderá para sempre a possibilidade de conhecer melhor povos possuidores de valores e conhecimentos distintos dos nossos, e deveremos assumir a responsabilidade desse genocídio que será marcado na história da humanidade.

Motivados pela situação de urgência existente, estamos dispostos a formular e concretizar um apoio mais direto aos Índios do Javari. E, após termos estudado todas as perspectivas possíveis de esboçar este apoio, decidimos que o meio mais adequado e eficiente seria através do lançamento de uma "CAMPAHA DE SENSIBILIZAÇÃO PELA SOBREVIVENCIA DOS GRUPOS INDIGENAS DO VALE DO JAVARI".

2. Objetivos

Considerando a especificidade da área, a peculiaridade dos grupos indígenas que ali habitam e o teor de urgência de uma ação integrada e eficaz, os objetivos que a campanha pretende alcançar são:

- a) a retirada imediata da Petrobrás das áreas indígenas da região dos rios Itaquai, Jandiatuba e Jutai;
- b) a interdição da área indígena do Vale do Javari, proposta pelo GE Javari como medida imediata para impedir as constantes invasões nas terras indígenas da região;
- c) a delimitação e a demarcação definitiva das terras indígenas do Vale do Javari, para garantir oficialmente a posse e usufruto da terra para os povos indígenas que ali habitam, como único meio para salvaguardar a sua sobrevivência física e cultural;
- d) a redefinição e reelaboração da política indigenista que responda aos interesses e necessidades das etnias do Vale do Javari, baseando-se na realidade local e na análise aprofundada da política indigenista, altamente prejudicial, aplicada até hoje pela Funai nesta área;
- e) a sensibilização da opinião pública nacional e internacional para a situação trágica dos povos indígenas do Vale do Javari, isto a-

través de todos os meios de comunicação possíveis;

f) a mobilização a nível nacional e internacional das entidades indígenas, culturais, científicas e políticas, etc.; dos movimentos religiosos e populares de diversas categorias; assim como dos próprios índios e de outros segmentos da sociedade; a fim de pressionar o governo federal e o órgão encarregado da tutela dos índios, para que sejam tomadas, conforme proposto por esta campanha, medidas apropriadas e enérgicas.

Observação: as reivindicações da Campanha a respeito da situação das terras do Vale do Javari seguirão as resoluções que serão tomadas após a realização do levantamento completo da área. Poder-se-á optar pela proposta de um Parque Indígena do Vale do Javari, que possa abranger os territórios de todos os grupos da região, ou pela demarcação territorial por etnia, ou, ainda, por alguma outra figura jurídica de demarcação. Muito dependerá do momento político em que a Campanha for lançada e da melhor opção para os próprios índios.

Dada a importância de se tentar ampliar o debate sobre esta questão, a fim de que se possa optar pela forma mais adequada de demarcação, considerando objetivamente a viabilidade de a proposta vir a ser efetivada.

3. Estrutura da Campanha

3.1 - Equipe Básica/Permanente

A equipe básica/permanente que assume todos os trabalhos relacionados com a campanha é formada e organizada seguindo o seguinte esquema:

a) a equipe de Pastoral Indigenista da Prelazia do Alto Solimões poderá ser considerada o motor de todas as ações realizadas pela Campanha. Isto significa que ela assumirá diretamente a responsabilidade dos trabalhos para que a Campanha possa alcançar seus objetivos, com plena disponibilidade de tempo que se fizer necessário no andamento da Campanha. Esta equipe de coordenação é composta pelos seguintes membros: Sílvio Cavuscens, nascido em 1955, de origem suíça, naturalizado brasileiro em 1980, membro e voluntário da OPAN, atua na região do Alto Solimões desde 1977 como indigenista. Em 1981, Sílvio assume a coordenação da Pastoral Indigenista da Prelazia do Alto Solimões. Dilson Rapkiewicz, nascido em 1961 em Caxias (RS), membro e voluntário da OPAN, atua como indigenista desde 1981. Passou a integrar em 1984, a equipe de Pastoral Indigenista da Prelazia do Alto Solimões.

Três outros membros da equipe permanente da Pastoral Indigenista integrarão os trabalhos da Campanha. A partir do 2º semestre de 1985, mais dois voluntários da OPAN integrarão a equipe de Pastoral Indigenista da Prelazia.

b) a equipe de Pastoral Indigenista da Prelazia de Tefé, em conjunto com a equipe do Alto Solimões, elaborará o material de divulgação e participará do levantamento já citado.

c) o Cimi Nacional e o Cimi Regional Norte I fornecerão todo o apoio logístico necessário para o bom andamento da Campanha.

d) a Opan (Operação Anchieta), entidade a que pertencem os voluntários atuando na Pastoral Indigenista do Alto Solimões e de Tefé, assumirá um apoio constante à Campanha, além de se empenhar para liberar novos voluntários com o objetivo de reforçar a equipe de Pastoral Indigenista do Alto Solimões.

e) será contratada uma pessoa pelas Campanhas Javari e Mawewa (Movimento de Apoio à Resistência Waimiri/Atroari) para divulgar, de Brasília, essas Campanhas. A sua tarefa será de centralizar a correspondência, repassar o material de divulgação e informações para entidades, políticos, etc... através dos diversos canais já existentes.

Desta estrutura básica permanente partirão todas as iniciativas, ações e decisões para viabilizar a Campanha e possibilitar o seu bom andamento, assim como integrar e coordenar todos os trabalhos que serão realizados por entidades ou pessoas que de uma maneira ou de outra apoiarão a Campanha.

Evidentemente, esta estrutura básica solicitará a colaboração de todo tipo de assessoria que se fizer necessária, tanto para ampliação do debate sobre a questão da organização da Campanha, como na sua divulgação e na sensibilização da opinião pública e dos setores competentes.

Também, devido à grande dificuldade de mobilizar pessoas no esquema voluntariado, e baseando-nos nas experiências de campanhas similares lançadas no Brasil, decidimos contratar profissionais para a realização de determinadas tarefas que requerem uma especialização ou um conhecimento mais aprofundado de um assunto específico.

3.2 - Pontos de apoio permanentes

Uma das tarefas mais importantes da Campanha, que merece um cuidado bem particular, é a divulgação da situação dos índios do Vale do Javari. Para isto, a equipe já entrou em contato com pessoas, instituições e entidades de apoio que vão servir de pontos de apoio permanentes para a Campanha. A função destes pontos de apoio será a de divulgar e distribuir todo o material que for elaborado, contatar entidades, políticos ou outros organismos, a fim de fazer circular o máximo possível as informações e pressionar o Estado a acatar os objetivos propostos pela Campanha. Alguns destes pontos de apoio permanentes necessitarão de uma infra-estrutura e de recursos mínimos para viabilizar a sua função. Outros já possuem estas condições básicas para levar tal trabalho adiante e se colocaram à disposição para servir de in

termediário e realizar tal tarefa.

Os pontos de apoios permanentes estão localizados nos grandes centros do país (Rio, São Paulo, Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte, Cuiabá, Manaus, etc.). Com isso, pretendemos atingir diversos setores da sociedade e o maior número possível de pessoas através dessa Campanha. Por outro lado, temos presente que a Campanha conseguirá alcançar seus objetivos de forma mais eficiente, caso possamos contar com o apoio de entidades internacionais que terão mais peso para pressionar as autoridades brasileiras. Por este motivo, já estamos articulando pontos de apoio permanente na Europa e nos Estados Unidos com esta finalidade, contando principalmente com a colaboração de dois grupos de voluntários já estruturados, um na Itália e outro na Suíça.

3.3 - Atividades já realizadas

A equipe já está na fase final dos contatos para completar a organização de uma certa estrutura que possa permitir um funcionamento eficiente de divulgação e de articulação dos mecanismos de pressão que se fizerem necessários (políticos, imprensa, organizações internacionais, etc.).

Até o momento, já foi levantado praticamente todo o material existente sobre a região do Vale do Javari. Isto é, material bibliográfico, documentos históricos e relatos de viajantes, documentos do SPI e da Funai, estudos antropológicos, etc... Todo este material servirá de subsídio para a elaboração do material didático de divulgação.

4. Divulgação

Para que a Campanha tenha uma repercussão e um poder de pressão efetivo, é importante elaborar um material de divulgação que possa chamar a atenção e atingir de fato um público amplo e diversificado. Trata-se, para isto, de desvendar uma realidade desconhecida de todos, através dos meios de comunicação existentes hoje na nossa sociedade. Trata-se ainda de suscitar um amplo debate sobre esta questão, tentando focalizar os diversos aspectos das necessidades e ameaças que vêm sentindo os índios do Javari, na sua própria sobrevivência, e das medidas que devem ser tomadas a fim de lhes possibilitar alguma chance de se reestruturarem e viverem como povo.

Pretendemos então fornecer os subsídios e o material que fôr necessário para viabilizar esta divulgação e este amplo debate. Será elaborado e preparado, para isto, um amplo material, tanto didático e informativo, através de boletins, fascículos, cartazes, etc... como visual, através das técnicas cinematográficas, audio-visual e video-cassete.

Isto é, tentar utilizar de forma objetiva as técnicas e os meios

disponíveis da era atual, a serviço das comunidades indígenas daquela região; meios absolutamente indispensáveis para conseguir saldo positivo a favor dos índios no âmbito e esquema de uma Campanha deste gênero.

4.1 - Divulgação cinematográfica

Considerando os diversos canais de comunicação citados, optamos que seja dada prioridade ao registro da atual situação por uma filmagem de 16 mm. Existem diversos motivos que chamaram nossa atenção para este meio tradicional de divulgação. Primeiramente, pela sua possibilidade de maior alcance. O filme de 16 mm causa realmente um maior impacto e atinge um público mais extenso, tanto a nível nacional como internacional. Por outro lado, o filme de 16 mm fornece uma definição de imagem de ótima qualidade e possibilita arranjos artísticos bastante desenvolvidos.

Para viabilizar um filme 16 mm, nas precárias condições de clima e de trabalho em que serão realizadas as diversas fases do filme, é preciso poder contar com um material altamente selecionado. Isto significa utilizar um material resistente, prático e que possui características técnicas suficientes para realizar um trabalho que se enquadra nos padrões de qualidade exigidos pelo grande público.

É evidente que o custo de um filme 16 mm é muito elevado, e somente compensa efetuar um gasto tão grande quando se pode estabelecer alguma previsão quanto ao sucesso de um trabalho deste teor. Para atingir as metas propostas, é indispensável contar também com o apoio de profissionais que entendam do assunto e possam garantir um trabalho eficiente e de qualidade, possuindo todos os recursos necessários para a sua realização.

Através do filme 16 mm, serão reunidas as condições elementares para poder sensibilizar a opinião pública da situação dos índios do Javari. A imagem marca, sobretudo, quando o conteúdo do trabalho reflete fielmente uma realidade trágica e desesperadora.

É óbvio que o conteúdo e o fio condutor do filme serão orientados diretamente a partir da realidade atual e da nossa experiência sobre aquela região. O cineasta procurará no filme traduzir com a imagem aquilo que se sente no contato direto com os índios, visando sempre os objetivos principais da Campanha.

4.2 - Vídeo-Cassete

Paralelamente à filmagem em 16 mm, e em segundo plano, serão realizados filmes vídeo-cassetes sobre a realidade do Javari.

A principal vantagem deste meio de comunicação mais recente (vídeo-cassete) é a sua agilidade em possibilitar respostas imediatas dos trabalhos registrados, com baixo custo operacional.

Por outro lado, o vídeo-cassete viabiliza uma outra dinâmica de utilização, abrindo o leque da divulgação para outros setores da sociedade. Pode-se efetivamente transmitir um filme vídeo através das emissoras de televisão, atingindo o grande público, ou ainda em pequenos círculos mais restritos e fechados de entidades, universidades, etc., onde haverá maior possibilidade de lançar um debate sobre a situação dos índios do Vale do Javari e solicitar com mais facilidade um apoio concreto por parte de tais entidades ou pessoas.

Para a realização de tal filmagem, a equipe já possui uma aparelhagem vídeo-cassete VHS de marca Cannon. Será apenas necessário adquirir uma mesa de montagem vídeo a fim de poder elaborar o material filmado nas áreas, como subsídio que permitirá a continuidade da Campanha de modo eficiente e com material sempre recente.

4.3 - Audio-visual

Também será realizado um levantamento fotográfico completo da área, com a principal perspectiva de elaborar uma montagem audio-visual para divulgação da Campanha. A utilização do audio-visual é interessante como um meio didático de informação, pensando principalmente nos meios estudantis.

4.4 - Realização do levantamento foto-cinematográfico

Todas as atividades de levantamento acima propostas serão iniciadas no primeiro semestre de 1985, durante os trabalhos de levantamento da situação da terra que serão realizados pelo Grupo de Trabalho Javari (atividades conjuntas entre a Funai e os diversos membros pertencentes ao GE Javari, através da Portaria Nº 1791/E, de 24/10/84).

Este levantamento tem a finalidade específica de reunir dados para a elaboração de uma proposta de delimitação de terras para os índios do Vale do Javari. É na ocasião deste trabalho que pretendemos realizar o registro de toda a documentação foto-cinematográfica aqui proposto. Esta tarefa de documentação será efetuada num prazo aproximado de 6 meses. Serão contratados um cineasta e um diretor de filmes para assumirem esta parte de registro visual.

4.5 - Material didático de divulgação

Após o término desta primeira fase de levantamento, será iniciada a fase de preparação e elaboração de todo o material de lançamento da Campanha, isto é:

- material didático de informação;
- montagem do filme de 16 mm;
- montagem do vídeo-cassete;
- montagem do audio-visual.

Para a realização desta fase de trabalho será preciso de aproximadamente 4 meses, contando com o apoio de vários colaboradores e da contratação de profissionais.

É realmente uma fase delicada de preparação da Campanha, que deverá ser calcada a partir de uma análise do momento político atual e das possibilidades de impacto que a Campanha deverá causar.

Observação: Todo o material mais permanente que será adquirido para as atividades relacionadas com a Campanha será exclusivamente utilizado para este fim. Após o término da Campanha, este material beneficiará outras atividades indigenistas, conforme será estabelecido entre a entidade financiadora e a equipe de coordenação desta Campanha.

5. Lançamento da Campanha

5.1 - Programação de trabalho

Considerando as duas primeiras etapas de preparação da Campanha, não será possível efetuar o seu lançamento oficial antes do início de 1986. Contudo, pensamos que já está na hora de assumirmos um posicionamento a favor dos índios do Vale do Javari, antes do lançamento formal da mesma. Isto principalmente devido à situação de emergência existente quanto à sobrevivência étnica dos grupos isolados dos rios Itaquai, Jandiatuba e Jutai que têm o seu habitat invadido pela Petrobrás.

Isto significa iniciar logo uma divulgação pública dos fatos, e esquematizar meios de pressão a fim de que a Petrobrás se retire das áreas indígenas e que estas sejam efetivamente interditadas. Esta divulgação progressiva é válida durante todo o decorrer do ano de preparação da Campanha, por causa das diversas situações de agressão que vêm sofrendo os povos indígenas do Vale do Javari.

Durante todo este período de preparação serão prosseguidas as atividades de contatação de pessoas e entidades que poderão vir a engrossar as fileiras de apoio da Campanha.

5.2 - Continuidade da Campanha

Após o lançamento oficial da Campanha, pretendemos divulgar, de maneira contínua, informações a respeito do seu andamento, assim como dos acontecimentos e situações que ocorrem na própria área. Isto deverá ser realizado através de novas formas de divulgação, a fim de dinamizar o máximo o encaminhamento da Campanha.

É importante que a força política da Campanha e as pressões exercidas sejam constantes ao longo de tal movimento para que seus objetivos

possam ser alcançados. Também as pressões das entidades nacionais e internacionais deverão prosseguir sistematicamente em cima daqueles que, de alguma forma, tem uma responsabilidade para com os índios do Vale do Javari.

Toda a estrutura da Campanha, a articulação das entidades, a divulgação sistemática da realidade indígena do Vale do Javari, a mobilização da opinião pública nacional e internacional, somente deixarão de existir como tal a partir do momento em que seus objetivos forem realmente atingidos.

Estamos dispostos a nos empenhar totalmente para que isto possa acontecer no menor espaço de tempo possível.

Para o bom encaminhamento da nossa proposta procuraremos sempre aproveitar das experiências já realizadas neste mesmo campo de trabalho, assim como tentaremos sempre provocar debates e ampliar as discussões sobre o assunto.

Não deixaremos de solicitar sugestões, idéias e colaboração de quem estiver disposto a assumir algum compromisso com os índios abandonados e esquecidos do Vale do Javari.

Silvio Cavuscens

Sílvio Cavuscens, Coordenador
da Pastoral Indigenista da
Prelazia do Alto Solimões
- pela equipe da Campanha

IX. BIBLIOGRAFIA

- 1) BRANCO, José Moreira Brandão Castello, 1950.
"Caminhos do Acre". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. 196 - (1947) 74.225 - 1950
- 2) BATES, Henry Walter. 1944.
"O Naturalista no Rio Amazonas". Tradução, notas, Cândido de Melo. leilão. São Paulo. Ed. Nacional. 1944.
- 3) CARVALHO, João Bráulio de. 1931.
"Breve Notícia sobre os Índios que habitam a Fronteira do Brasil com o Peru".
- 4) CEDI - "Povos Indígenas no Brasil". Volume nº 5. "Javari" - 1981.
- 5) COELHO, Pedro Oliveira.
Proc. 4704/dezembro de 1975.
1976 - Relatório dos primeiros contatos com os índios arredios' do rio Ituí.
- 6) COSTA, Sebastião Amâncio. Relatórios sobre Marubo e Mayã.
Proc. Funai/BSB/1040/74
- 7) EVANS, Sandy. "Ituí Survey". 1974. London. Polytechnic of Central London, Department of Life Sciences.
- 8) FUNAI - Informativo. 1975. Sobre grupos indígenas já contatados na Perimetral Norte.
- 9) MELATFI, Júlio César
Relatórios sobre os Índios Marubo, 1975.
Estrutura Social Marubo. 1977.
- 10) ROHANOFF, Steven. 1976
"Informe sobre el uso de la tierra por los Matses en la selva baja peruana"
- 11) SPIX, Johann et Martius
"Viagem pelo Brasil". 1817/1820
Rio de Janeiro, I.N.L. 1970. Vol. 3

PETROBRÁS,
A SILENCIOSA INVASÃO
DOS TERRITÓRIOS
DOS ÍNDIOS ARREDIOS DO VALE DO JAVARI

Ao mesmo tempo que aparentemente silenciava suas pretensões de construção do gasoduto que levaria o gás do Juruá para o Sul do País, a Petrobrás, igualmente em silêncio invadiu o território de índios arredios na região dos Rios Itaquai e Jandiatuba com centenas de homens armados da mais alta tecnologia no avanço de seus trabalhos de prosneccão.

Assim como as bombas de dinamite, que além de serem usadas para as pesquisas sismológicas foram detonadas contra os índios, como admitiu em Dezembro de 1983 o então Presidente da Petrobrás, também os helicópteros utilizados para o transporte de pessoal e equipamentos, passaram a ser empregados para intimidar grupos arredios. Vôos rasantes, perseguindo índios amedrontados pelos terreiros das aldeias e levantando a cobertura de palha das malocas, tornaram-se a grande diversão dos pilotos, que, entre risos, narravam suas proezas nas cidades próximas.

Depois dos incidentes de Novembro de 1983 quando um trabalhador foi flechado no Rio Jandiatuba, fato idêntico ocorreria no Igarapé São José, afluente do Rio Itaquai, quando em Março de 1984 outro trabalhador foi ferido.

Decidida a não atrasar seus planos de trabalhos, que não consideraram os avisos dos índios de insatisfação contra a sua presença, a Petrobrás prosseguiu suas atividades no Rio Itaquai através da CGG (Companhia Brasileira de Geofísica), subsidiária da Elf Aquitaine, que anteriormente já causara danos aos Munduruku e Sateré-Mawé no Baixo Amazonas.

Acompanhados de reduzida equipe da Funai que não mais contava com os índios Canamari do P.I. Massapê, conhecedores da área, e que por desentendimentos abandonaram a equipe, os trabalhos de pesquisa da CGG continuaram normalmente até o dia 4 de setembro de 1984, quando novamente ocorreram choques.

Nesta nova reação dos índios contra as agressões que vinham sofrendo, faleceram Lindolfo Nobre Filho, sertanista da Funai, e João Praia Caldas, funcionário da CPG e ex-funcionário da Funai, que acompanhavam as frentes de prospecção.

A partir deste incidente a questão foi abordada pela grande imprensa sob dois ângulos, ambos deliberadamente distorcidos com o objetivo de modificar o verdadeiro quadro da situação.

Através do tratamento sensacionalista e policialesco com que cobriu os acontecimentos, a imprensa, principalmente a amazonense, criou um clima de tensão e hostilidade contra os índios, procurando incitar a população envolvente e justificar perante a opinião pública medidas de represálias. Ao mesmo tempo, qualificando Nobre e João Praia de imprudência e falta de cautela, responsabilizá-los pelos acontecimentos que os vitimou, ocultando assim as verdadeiras responsabilidades de uma atuação daquela natureza em área de grande concentração de índios arredios, onde tais conflitos já eram previstos.

Apesar de não ter sido feita nenhuma referência oficial sobre a possível ocorrência de mortes entre os índios, informações concretas dão conta de que no incidente do dia 04/9/84, pelo menos um índio arredio teria sido morto por um dos índios que compunham a equipe da Funai que acompanhava os trabalhos de prospecção. Oficialmente foi divulgado apenas que algumas malocas foram queimadas e outras abandonadas, o que parece indicar tanto a ocorrência de ataques contra os grupos quanto a morte de seus membros.

A situação chegou a tal ponto de tensão que as equipes de prospecção recusaram-se a continuar os trabalhos, exigindo serem retiradas imediatamente da área.

Insistindo na posição de não alterar as programações pré-estabelecidas, a Petrobrás chegou a afirmar que "serão tomadas medidas para que se evite qualquer incidente com os índios, mas, caso ocorra, se minimize ao máximo seus efeitos de modo que as atividades de

exploração da Petrobrás possam ter prosseguimento".

Uma das medidas tomadas foi a distribuição de grande quantidade de armamento aos trabalhadores, onde segundo informações, cada homem recebeu uma espingarda e vinte cartuchos de munição, que são reabastecidos constantemente.

Sob esse estranho esquema de segurança, Funai e Petrobrás procuraram eximir-se de suas responsabilidades. Seis dias após o incidente anunciaram a suspensão dos trabalhos de exploração e a retirada de pessoal e material de riscos (combustível e explosivos) da área, declarando que "se tudo correr bem com a retirada dos 400 funcionários da CGB (sic) do local, e do material de alta periculosidade, é possível que durante muito tempo não se ouça mais falar sobre os kurubu". (O Estado de São Paulo-SP.; 10/9/84)

Entretanto tal retirada nunca chegou a ocorrer.

Ao invés de abandonar completamente a área, as frentes de trabalho foram deslocadas para a região do Rio Jandiatuba, no centro do território de grupos isolados, como os Tsumum Djapa e outros ainda desconhecidos. Além da ameaça física e da destruição material da área, estas frentes representam o estreitamento das relações entre estes grupos e a sociedade envolvente, e o surgimento de dependências decorrentes de contatos não criteriosos como estes.

Se por um lado a área não foi desocupada, na sua segunda parte o plano se encontra em plena execução. A partir do rígido esquema de sigilo que foi instalado, nenhum dado oficial é divulgado sobre os grupos indígenas ou sobre os trabalhos atualmente desenvolvidos.

Acobertados pela proibição aos seus funcionários de fornecer qualquer tipo de informação ou comentar qualquer fato ocorrido, e pelo silêncio em que se colocaram os meios de comunicação, os trabalhos na região do Rio Jandiatuba foram retomados em ritmo acelerado, embora não tenham sido criadas pela Petrobrás as condições de segurança recomendadas pela equipe da Funai que acompanhava as prospecções.

Todo este silêncio só foi quebrado pelo Cimi (Porantim-DF.; No

vembro/84) e pela Survival International, que, de Londres, endossando a comunicação da equipe de Pastoral Indigenista da Prelazia do Alto Solimões sobre a situação dos grupos isolados do Vale do Javari, utilizou o seu Boletim de Ação Urgente (08/01/85) para divulgar a questão, enquanto enviava à Presidência da Funai uma carta aberta exigindo o atendimento de reivindicações concretas, tais como: a demarcação da área como medida de segurança para os grupos e a imediata retirada da Petrobrás da área.

Além de centenas de clareiras que foram abertas para testes de detonação sísmica, da base de apoio às operações (Apoio II) instalada no Alto Jutai e da Sonda Jandiatuba 1 - Amazonas (SJ-1-AM), que entrou em operação no dia 03 de janeiro de 1985, com seus potentes motores ligados 24 horas por dia no centro do território de índios arredios, está sendo construída no local denominado Bom Futuro, no Rio Jutai, uma pista de pouso para aviões de médio porte.

Outras 4 sondas estão previstas de serem instaladas, todas em áreas indígenas: a Sonda Jandiatuba 2, cujos trabalhos de desmatamento já estão sendo realizados à cerca de 8 Km de distância da SJ-1; a Sonda Itaquai 1, a ser instalada no local onde em Março de 84 houve choques com os índios arredios; uma terceira sonda a ser instalada em área Kulina na margem do Rio Jutai, próximo à Bom Futuro; uma quarta sonda a ser instalada próximo ao Igarapé Queimado, em área dos Tsumum Djapa e dos Canamari do Alto Jutai, e cujos sobrevôos para identificação e reconhecimento de terreno já foram realizados por uma equipe da Funai.

Toda esta infra-estrutura montada para funcionar como base de operação e consolidação da presença da Petrobrás na área, acrescida dos planos de estender à região do Itaquai/Jandiatuba o gasoduto que escoará a produção do Juruá até a foz deste rio, e de onde, por via fluvial e marítima será levada para São Paulo, desmentem as informações da Petrobrás de que a sua presença na área se dá para um breve período de testes de avaliação de potencial, cujo término dos trabalhos e a retirada definitiva da área estariam previstos para no

máximo até julho de 1985.

Com o término da construção da pista de pouso, previsto para Maio de 1985, o transporte de pessoal e de equipamentos será feito diretamente de Manaus para a área onde se desenvolvem os trabalhos, estabelecendo um controle ainda mais severo sobre a área.

Assim será fechado o único canal que se tem atualmente de conhecimento da área, que são os comentários que circulam pelas cidades próximas, ao mesmo tempo que será dado o passo definitivo para que não apenas "durante muito tempo" mas que talvez para todo o sempre não se ouça mais falar sobre os índios que ocupam esta região, muitos dos quais nossa sociedade não teve tempo nem interesse de registrar sua existência, quanto mais de respeitá-los como Povos.

Araci Maria Labiak

Lino João de O. Neves

Eirunepé, Março de 1985.

Benjamim Constant, 10 de abril de 1985

A Prelazia do Alto Solimões, através de sua Pastoral Indigenista, vem acompanhando a vários anos os diversos grupos indígenas desta região e tem constatado a triste realidade a que estes povos vem sendo submetidos.

Já fazem trinta anos que vivo o problema de insegurança que reina na área e assisto a morte de índios e seringueiros, todos eles sem terra e explorados, enquanto os órgãos responsáveis permanecem inoperantes e os exploradores sugando a pobreza.

Os anos se sucedem e a situação de tensão e conflito tem aumentado, principalmente neste momento em que os índios do Vale do Javari são vítimas da invasão de diversas frentes de penetração, entre as quais a Petrobrás, que vem causando sérios prejuízos aos índios.

A imediata definição da situação das terras dos grupos indígenas do Vale do Javari e a aplicação de uma política indigenista coerente e justa, correspondente a realidade da região, é o mínimo que se pode exigir frente a gravidade do problema.

Sentimos que apenas o esforço local de apoio aqueles povos não é suficiente, sendo que uma Campanha pela sobrevivência dos índios do Vale do Javari, a nível nacional e internacional é a única saída para que os órgãos competentes se sensibilizem e encontrem uma solução definitiva e satisfatória para os mais marginalizados dos nossos irmãos.

Esperamos encontrar a vossa compreensão e apoio, enquanto ficaremos dando o que podemos de nós mesmos, para que estes grupos indígenas possam sobreviver como povo, e que as injustiças dêem lugar ao reconhecimento dos direitos humanos que assistem a todos.

Dom Adalberto Marzi

Dom Adalberto Marzi
Bispo Prelado da Prelazia do
Alto Solimões

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Ed. Venâncio III Sala 311

Caixa Postal 11-1190 - Fone: (031) 205-0497

70084 - Brasília - DF - Brasil

Brasília, 12 de fevereiro de 1985.

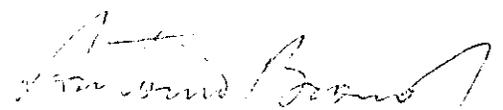
O Cimi Nacional (Conselho Indigenista Missionário) órgão anexo da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) tomou conhecimento há algum tempo da situação trágica em que se encontram os índios do Vale do Javari, através de sua equipe local que vem atuando no "Projeto Alto Solimões" há 4 anos.

Perante a realidade difícil dos índios do Vale do Javari, devido as constantes invasões de seu território, pela atuação violenta e devastadora da Petrobrás em áreas de grupos indígenas isolados, ou ainda pelo abandono destes índios por parte da Funai (que somam um total superior a 3000 pessoas), será lançada, a nível nacional e internacional, uma campanha em defesa da vida desses povos.

A campanha visa a curto prazo a retirada da Petrobrás da região, pois vem causando sérios prejuízos aos índios. Visa ainda a interdição da área, posteriormente sua delimitação e demarcação definitiva. Igualmente importante é a aplicação de uma política indigenista que corresponda efetivamente à realidade local.

O Cimi Nacional endossa o projeto desta Campanha elaborado pela equipe do Alto Solimões. "A Campanha pela Sobrevivência dos Índios do Vale do Javari" é realmente o único meio de respaldar eficazmente os grupos indígenas desta região, a fim de garantir-lhes alguma chance de sobreviver como povo.

O Cimi Nacional colaborará com esta Campanha naquilo que for preciso e ao seu alcance (apoio político, divulgação etc...) O secretariado do Cimi Nacional endossa plenamente o pedido de recursos necessários para a Campanha, considerando a urgente necessidade de esquematizar uma ação eficiente que possa ter uma ampla repercussão, para que os objetivos da Campanha possam ser alcançados com êxito.



Antônio Brand

Secretário Executivo do Cimi

00 479 195 / 0001-75

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA
MISSIONÁRIO

SDS - Bloco P - nº 36 - Salas 311/312

CEP 70.802

Brasília D.F.

Cuiabá, 07 de fevereiro de 1985

A quem interessar possa

A OPERAÇÃO ANCHIETA - OPAN, entidade filantrópica de apoio a comunidades indígenas, contando com uma equipe de trabalho na área do Alto Solimões (AM) desde 1980, tem acompanhado de perto o processo de expoliação a que tem sido submetidos os povos indígenas que habitam o Vale do rio Javari.

Passados estes anos de trabalho, nossa equipe constatou que apenas o esforço local de apoio àqueles povos não é suficiente, frente às sérias agressões que vêm sofendo, e ameaças desproporcionais que pesam contra a própria sobrevivência física dos povos da região. Frente a isto, concluiu que só uma Campanha de alcance nacional e internacional poderá sensibilizar a opinião pública e respaldar com maior eficiência o empenho feito na área.

Os objetivos da Campanha, a curto prazo, são a imediata retirada da Petrobrás, que vem causando graves prejuízos aos índios, e a pronta interdição da área, assim como sua subsequente delimitação e demarcação. Igualmente importante, é a aplicação de uma política indigenista coerente e justa, que corresponda à realidade da região.

Decidido o encaminhamento e lançamento da " Campanha pela sobrevivência dos índios do Javari ", da parte da nossa equipe, queremos declarar nossa inteira concordância com a mesma, dispondo-nos a colaborar, em tudo o que estiver ao nosso alcance, para que venha a ser bem sucedida, visando o benefício dos povos indígenas daquela área.

Sem mais pelo momento,

93 017 325/0001-68

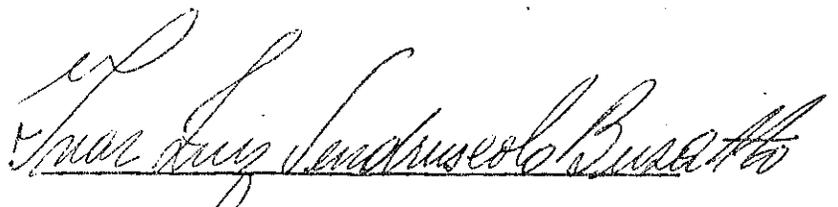
Operação Anchieta - OPAN

Av. Ipiranga n.º 97

CEP 75.000

Cuiabá

MT



Ivar Luiz Vendruscolo Busatto
Coordenador Geral da OPAN